



**A ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS NO RECIFE:  
ENFRENTAMENTO AO RACISMO DE MÃOS DADAS COM A  
TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

THE “ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS” IN RECIFE: FACING RACISM  
WITH LIBERATION THEOLOGY

*Júlia Figueredo Benzaquen\**

*Luis Antônio da Silva Soares\*\**

**RESUMO**

O artigo relata uma experiência formativa da Associação Trapeiros de Emaús, no Recife (Brasil), que ajuda, de forma geral, o enfrentamento ao racismo, na medida em que empodera jovens negros. O objetivo do texto foi, através dos conceitos de teologia, filosofia e pedagogia da libertação, trabalhados através de autores como Paulo Freire e Enrique Dussel, em diálogo com a temática racial, analisada a partir de autores como Abdias do Nascimento, Lélia

\* Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e doutorado em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de Coimbra (2012). Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste em Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco. Como parte do pós-doutorado foi Pesquisadora Visitante da Universidade de Duke nos Estados Unidos. Desde agosto de 2013 é professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos pós-coloniais, movimentos sociais, cooperação, educação não-formal e socialização.

\*\* Gerente Territorial do Projeto Monitora UnB/SEAD. Cursando especialização no Instituto Federal de Pernambuco. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) e Graduado em Ciências Sociais, ambos pela UFRPE. Na graduação e mestrado, foi Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atou enquanto pesquisador nos seguintes projetos de pesquisa: "Cooperativismo e dinâmicas territoriais e Cooperativismo" e "Agricultura Familiar", nos quais foi filiado aos grupos de pesquisa "Cooperativas agrícolas, inovação organizacional e desenvolvimento local" (UFRPE) e "Globalização e Agricultura" (UFPE). Tem expressiva atuação na extensão universitária, onde coordenou dois projetos pré-acadêmicos da UFPE, além de ter participado de projetos ligados a agroecologia; comunicação e educação. Tem experiência em pesquisas relativas à 1) Cooperativismo ; 2) Educação e 3) Governança.



Gonzales, João Vagas, Jaime Alves e Maria Bento, apresentar uma vivência de educação popular que faz parte do Movimento Emaús Internacional vinculado à teologia da libertação. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a análise documental e a pesquisa participante. O resultado foi a constatação de que os debates sobre a questão racial junto à juventude negra da periferia do Recife são sementes de processos potentes de libertação.

**Palavras-chave:** Educação popular; Juventude negra; Necropolítica; Processos de libertação.

## **ABSTRACT**

The article deals with an experience of fighting racism that took place in a formative process of the “Associação Trapeiros de Emaús” in Recife-Brazil. The objective of the text was, through the concepts of theology, philosophy and pedagogy of liberation, worked through authors like Paulo Freire and Enrique Dussel, in dialogue with the racial theme, analyzed from authors such as Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, João Vaga, Jaime Alves and Maria Bento, to present an experience of popular education that is part of the International Emmaus Movement linked to liberation theology. The research techniques used were document analysis and participatory research. The result was the realization that the debates on the racial issue among black youth on the periphery of Recife are the seeds of powerful processes of liberation.

**Keywords:** Popular education; Black youth; Necropolitics; Liberation processes.

## **1 INTRODUÇÃO**

O artigo tem por objetivo apresentar uma experiência específica de educação popular, pensando na centralidade da questão racial, desenvolvida na Associação Trapeiros de Emaús<sup>2</sup> no Recife. Para fazer isso, passeia pelos conceitos de teologia, filosofia e pedagogia da libertação, bem como apresenta dados e reflete criticamente sobre as questões raciais. Após essa discussão teórica apresenta a história e organização de Emaús, para então centrar numa vivência específica de educação popular, que tinha como foco o combate ao genocídio da população negra.

No que diz respeito à metodologia utilizada no trabalho, foi uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso instrumental. A partir dessa análise, pretende-se não fazer generalizações, mas aprender mais sobre o caso específico. Conforme Goldenberg (1999), na pesquisa qualitativa a principal preocupação do pesquisador não é com a

---

<sup>2</sup> A Associação Trapeiros de Emaús no Recife, faz parte do Movimento Emaús Internacional, que tem como lema “servir a quem mais precisa”. No Recife se constitui como uma Organização Não Governamental que trabalha com reciclagem, bazares comunitários e educação profissionalizante.

representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social ou organização. Neste caso, o estudo foi executado através de técnicas da pesquisa qualitativa, como a pesquisa participante e a análise documental. Os autores foram formadores na experiência analisada, participando de um projeto extensionista – daí decorre a pesquisa participante. Sites, relatórios de pesquisa, bem como o diário de campo foram os documentos analisados.

O texto segue com duas seções de debate teóricos, primeiro sobre os movimentos de libertação e depois sobre racismo e necropolítica. Em seguida há duas partes empíricas, uma contextualizando a Associação Trapeiros de Emaús e outra trazendo os resultados da experiência das aulas de formação política nos cursos profissionalizantes de Emaús com foco no combate ao racismo. É dessa forma que pretendemos demonstrar como o Movimento Emaús Internacional, a partir do caso do Recife, faz parte da tradição da teologia da libertação, que está com o povo no enfrentamento de injustiças e, no caso específico, contribuindo no enfrentamento do racismo estrutural.

## **2 TEOLOGIA, FILOSOFIA E PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO**

Educação popular, educação de base, educação de adultos, educação fundamental, educação comunitária e educação permanente são exemplos de nomes nos quais estão escondidas ideias iguais com rótulos diferentes e ideias diferentes com rótulos iguais. Alguns programas que são chamados de educação popular para o desenvolvimento se revestem de uma suposta neutralidade e de boas intenções desenvolvimentistas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é pensado de acordo com modelos que pouco têm a ver com a cultura popular local, são modelos eurocêntricos e manipuladores (BRANDÃO, 1984).

Dessa forma, em Países Andinos, da América Central e no México alguns desses programas serviram ao projeto de ‘integração’ de grupos marginais e sobreviventes de sociedades indígenas na “comunidade nacional”. Ou seja, serviram ao fim perverso de homogeneização a partir da ideia do Estado-nação monocultural. São projetos que, até hoje, abarcam comunidades rurais e os guetos urbanos (as favelas) no sentido de “domesticá-los”, torná-los obedientes e passivos. Este tipo de educação é feito não

com o povo, nem mesmo partindo do povo, mas para o povo, com interesses claros e normalmente não explícitos. E os interesses são os de fazer uma educação de adultos que sirva para a reprodução de ideias, símbolos e hábitos sociais que preservem uma ordem social de dominação estabelecida. Outro objetivo desse tipo de educação é o da reprodução da força de trabalho popular, a qual necessita dominar os instrumentos básicos de conhecimento, ou seja, ser alfabetizada e instruída em hábitos de cidadania. Neste intuito, foram criados muitos cursos profissionalizantes:

Por toda parte, ao lado de cursos semirregulares patrocinados pelo Estado ou por entidades patronais, existe uma Babel de pequenos e grandes cursos e ensinamentos profissionalizantes que, ao longo da história da educação no país [Brasil], absorveram um número infinitamente maior de sujeitos subalternos do que todas as experiências de Educação Popular (BRANDÃO, 1984, p. 30).

É assim que muitos dos cursos profissionalizantes que afirmam adotar a educação popular como pedagogia, na realidade servem para a reprodução da ordem social dominante. Por causa deste tipo de experiência, muitos atores sociais desconfiam profundamente das intenções de alguns programas de educação popular.

A ambiguidade de interesses, a precariedade efetiva dos programas (recursos poucos, pessoal pouco preparado, duração efêmera) e a desconfiança com que os grupos subalternos os recebem, provocaram na maior parte dos exemplos um compasso entre a indefinição e o fracasso que fazia ser sempre fundo o abismo entre as formulações teórico-metodológicas dos programas e a pobreza de seus resultados pedagógicos e sociais efetivos. Isto aconteceu em praticamente todos os países da América Latina onde acabou sendo tradição lançar mão de práticas extraescolares de educação com objetivos reais de manipulação popular (BRANDÃO, 1984, p. 36-37).

No entanto existem experiências de educação popular que devem ser grafadas com iniciais maiúsculas (Educação Popular), de acordo com o Brandão (1984). Essas experiências estão preocupadas em promover uma instrução tecnológica e cultural no intuito de realizar processos políticos de transformação estrutural da sociedade (que não é justa, nem boa, nem adequada, nem solidária, nem democrática, nem quase nada do que a palavra oficial vai dizer). Os processos de transformação são de teor político. “Assim, do tecnológico, que oculta o político, passa-se para o político, que submete o tecnológico” (BRANDÃO, 1984, p. 48).

É assim que, na América Latina, a Igreja Católica, alguns setores da Universidade e vários setores organizados aprendem uma outra gramática, e comprometem o trabalho com o povo através da educação popular. A educação libertadora surge com uma lógica de contestação do regime capitalista. Os movimentos “da libertação” surgiram mais ou menos no mesmo tempo, na América Latina, também como resposta aos regimes militares.

A Teologia da Libertação foi o movimento mais conhecido e influenciou bastante a teoria descolonial e os movimentos sociais na América Latina. A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que envolve diversas teologias cristãs, que foi desenvolvida no Sul Global, a partir da década de 1970, com o objetivo de refletir sobre a pobreza e a exclusão social. Paulo Freire foi influenciado por esse contexto e chama a sua pedagogia de “pedagogia da libertação”.

Partindo desta mesma lógica, surgiu uma corrente filosófica na América Latina denominada Filosofia da Libertação<sup>3</sup>. Esta corrente nasceu da reflexão sobre as várias formas de resistência à dominação realizadas na América Latina. Busca a elaboração de categorias e metodologias adequadas para a crítica filosófica de tais processos emancipadores e para a organização, de modo mais consistente, das elaborações conceituais que deles emergiam, iluminando a própria transformação da realidade concreta (MANCINI, 2000, p. 5).

Essa corrente filosófica faz uma profunda reflexão a respeito do conceito de ética da libertação. A ética da libertação surgiu da crítica da ideia de uma comunidade argumentativa, defendida por Jürgen Habermas. Habermas (1994) diz que é possível chegar a resultados racionais e equitativos através de um procedimento ideal para deliberação, um entendimento pelo discurso, através do agir comunicativo. O autor defende que, por si, o diálogo conduziria ao entendimento, já que ao se formar uma comunidade de comunicação estaríamos todos em um mesmo nível, no qual todos têm o direito à fala e o dever de ouvir.

---

<sup>3</sup> A Filosofia da Libertação se aproxima significativamente das teorias descoloniais. Um exemplo disso é que uma das grandes referências tanto para a Filosofia da Libertação, quanto para as teorias descoloniais, é o teórico Enrique Dussel (2001, 2005 e 2007).

Dussel (2005) afirma que esta é uma projeção ideal que não existe, pois nem todos têm direito à fala e nem todos são ouvidos. E mais, que as condições não são dadas *a priori*, elas se configuram em um contexto social, político, cultural e econômico. Há sempre o outro que fica fora desta totalidade pensada como totalidade. Mouffe (2005) diz que as práticas, discursos e instituições políticas não têm como não delimitar fronteiras entre o “nós” e os “outros”. O outro periférico pode ser o Sul, a África, a América Latina etc. Assim, Dussel avança um passo importante para discutir a ética: o ponto de partida não é um *a priori* qualquer, mas o rosto, a proximidade do Outro que interpela (OLIVEIRA, 2006).

Assim é uma filosofia que se preocupa com o concreto. Não se conhece o Outro oprimido num plano transcendental, abstrato e metafísico. É a partir do concreto, do local, de uma cultura determinada que se encontra o oprimido. Ao dar relevo ao local, a Filosofia da Libertação critica a pretensa universalidade da filosofia tradicional. Não há como produzir qualquer reflexão que se pretenda universal a não ser a partir de um dado contexto circunstancial que de algum modo o condiciona. Nesse sentido a Filosofia da Libertação faz coro às teorias descoloniais ao colocar em xeque as verdades “universais” eurocêntricas.

A ética da libertação tem uma forte preocupação emancipatória e de libertação concreta de regimes políticos opressores. Nesse sentido, a relação entre a fala e a prática é fundamental. O critério de verdade é um fazer que justifica e confirma a fala e não um argumento convincente, como é na ética discursiva. “O que importa para a ética da libertação não é a verdade do argumento, mas da ação. Quem fala é responsável pela palavra que diz, e na ética da libertação o critério que o julgará é a coerência da ação” (MANCINI, 2000a, p. 29). “Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem” (FREIRE, 1996, p. 38).

Paulo Freire ao escrever também tinha a preocupação com a libertação dos oprimidos, com o partir do vivido e com a relação entre ação e prática. Dessa maneira, a pedagogia de Freire, também conhecida como pedagogia da libertação, tem muita semelhança com a Filosofia da Libertação.

O conceito de educação popular, desenvolvido por Freire (1996, 2002 e 2006), está muito ligado ao seu objetivo político explícito de transformação social, então o educador popular está muito próximo a um ativista. A educação popular estabelece relações horizontais, centra-se na realidade histórica concreta. A metodologia pretende ser democrática, participativa e possibilitar a reflexão, a problematização, a investigação e o questionamento. Os conteúdos da educação popular consideram o saber acumulado por cada sujeito da ação educativa e o que foi historicamente produzido, numa visão dialética e de forma contextualizada (FREIRE, 2002).

A relação de reciprocidade entre sujeitos diferentes (que assumem juntos o desafio de enfrentar os grandes problemas sociais decorrentes de estruturas econômicas e políticas injustas) é o que constitui essencialmente a proposta de educação popular tal como teorizada por Paulo Freire (FLEURI, 1998).

O “popular” do conceito educação popular, não tem o sentido de uma educação “para” o povo, nem simplesmente “do” povo, mas, sim, o de uma construção, “com” o povo, de práticas que o libertem. De acordo com Sales (1999), povo é uma situação e um posicionamento na sociedade, povo são os excluídos e aqueles que os apoiam.

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em ‘seres para outro’. Sua solução, pois, não está em ‘integrar-se’, em ‘incorporar-se’ a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se ‘seres para si’ (FREIRE, 2002, p. 61).

Desta forma, não se deseja a inclusão na ordem estabelecida, mas, sim, outra ordem.

Nesse artigo, optamos por apresentar uma experiência de educação popular que tem a autonomia como princípio metodológico e horizonte a ser vivido. No exemplo específico, a questão racial foi central. Por isso dedicamos a próxima parte do texto para refletir sobre raça e necropolítica no Brasil.

### **3 RAÇA E NECROPOLÍTICA NO BRASIL**

A literatura utilizada apresenta uma fonte de pesquisa de autores que abordam o conceito de raça enquanto instrumento teórico e empírico para a análise das relações sociais. Realizaremos aqui também uma breve descrição sobre a constituição da

“democracia racial” no contexto do extermínio da juventude negra pernambucana, assim como as estruturas institucionais necropolíticas do Estado brasileiro. Será considerado o que vem sendo dito sobre raça e necropolítica pelos teóricos; porém, na parte final do artigo será central descrever como essa temática foi trabalhada com os educandos dos cursos profissionalizantes da Associação Trapeiros de Emaús.

Existe uma narrativa amplamente difundida no Brasil que prega a inexistência da discriminação racial enquanto fonte da desigualdade entre negros e brancos no país. Mas, segundo Nascimento (1977), a sociedade brasileira é regida pelo mito da “democracia racial”, sendo esta a ideologia que expressa o racismo no Brasil, não tão explícito, como no caso dos Estados Unidos, e nem legalizado, como o *apartheid* da África do Sul. No entanto, ainda assim é eficaz nos campos social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade brasileira.

Esta ideologia produz uma lógica que, à medida que enaltece os valores da “mistura de sangue” e do “sincretismo religioso”, mantém o controle da elite branca dos meios de comunicação, da religião, educação e economia. Desta maneira, percebe-se uma tentativa persistente em amenizar e/ou romantizar o passado histórico do Brasil, marcado, em um período de três séculos, pelo maior regime de trabalhos forçados que a humanidade já conheceu (NASCIMENTO, 1977).

Ao contrário do que é pregado pela “democracia racial”, consideramos, neste artigo, a “raça” como uma realidade sociopolítica que estrutura as relações sociais, definindo o acesso ao direito basilar à vida; dessa forma, afirmamos que “raça” no campo biológico não existe, mas as suas implicações na vida da população negra racializada na Zona Norte do Recife/PE são determinantes (VAGAS, 2010).

Neste sentido, entendemos o conceito de raça, enquanto, um processo de construção social, político e cultural desenvolvido nas relações sociais e de poder ao longo da história do Brasil. Não significando, em hipótese alguma, um dado da biologia. Pois é justamente no conjunto cultural que distinguimos as raças. Por estes motivos, reconhecemos a “raça” como o fator sociopolítico essencial na definição de quem morre pela violência do Estado brasileiro (VAGAS, 2010).



Estes fatores assinalam que os arquétipos da violência homicida da Polícia Militar de Pernambuco, por exemplo, provocam a compreensão “raça” num contexto de extermínio da juventude negra, onde o corpo jovem negro é colocado numa relação racial de vulnerabilidade, num lugar privilegiado da violência (VAGAS, 2010).

Este modelo mórbido programado que atinge diretamente indivíduos em plena idade produtiva expõe o “necropoder” racial estatal nos espaços urbanos da Região Metropolitana do Recife; por este motivo, compreendemos a violência estatal como uma categoria da “necropolítica” (MBEMBE, 2003), a partir da qual o Estado exerce a sua soberania sobre a vida.

Dessa maneira, consideramos a violência policial e a distribuição desigual de mortes violentas, enquanto uma forma de governança dos territórios estudados onde os alvos são os corpos negros para o controle e medo dos moradores das favelas. Esta estratégia de governança necropolítica do Estado é produzida nas intersecções de corpos racializados, geografias criminalizadas e práticas de matança policial. Assim, o Estado desenha fronteiras raciais e registra a dominação sobre os corpos e as geografias através da e na morte, ao mesmo tempo em que celebra a diferença racial, nos seus veículos governamentais de propaganda (ALVES, 2013).

De acordo com o Atlas da Violência (2017), em apenas três semanas o total de assassinatos no Brasil supera a quantidade de pessoas que foram mortas em todos os ataques terroristas do mundo, nos cinco primeiros meses de 2017. Diante destes números, a população negra, jovem e de baixa escolaridade totaliza a maior parte das vítimas de homicídios. Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. No período, entre 2005 e 2015, houve um aumento de 17% no assassinato de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos, correspondendo a 47,85% do total de óbitos registrados. Este aumento no número de assassinatos, em especial de jovens negros, demonstra uma naturalização deste fenômeno por parte do poder público e da sociedade civil. Além disso, foi assentado pela pesquisa que este processo se dá por fatores históricos de desigualdade no país, onde a maior parte da sociedade não se identifica com a parcela que mais sofre com essa violência.

Também se sabe que são nos estados do Nordeste onde os jovens negros correm mais risco de sofrer violência fatal, principalmente por se encontrarem, em grande

proporção, em situação de vulnerabilidades socioeconômicas e históricas. Assim, quando se analisa o movimento da violência letal, especialmente nos estados do Nordeste, percebemos um enorme abismo que separa os jovens negros do direito básico à vida (GT RACISMO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 2014).

Levando em consideração estes dados, em Pernambuco, por exemplo, a chance de um jovem negro ser assassinado é 11,6 vezes maior que a de um branco da mesma faixa etária (12 a 29 anos). Este é o segundo pior índice apresentado pelos estados brasileiros, atrás apenas da Paraíba, conforme o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Este cenário só vem piorando, uma vez que os crescentes índices da violência e da desigualdade social atingem diretamente a juventude negra demonstrando que o estado de Pernambuco tem-se tornado cada vez mais perigoso para essa parcela da população e, como afirmado pelo MPPE, em relatório, a solução não pode ser apenas pensada como tema de segurança pública. Essa situação é decorrente de questões sociais, culturais e históricas que precisam ser revisitadas com urgência (GT RACISMO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 2014).

Cabe ressaltar, ainda, que verificamos na Constituição do Estado brasileiro a previsão de uma Polícia Militar como força auxiliar do Exército. Ocorre que a doutrina que rege o Exército é a de combate ao inimigo. Neste sentido, a Polícia brasileira, que se encontra inserida diretamente na sociedade, utiliza esta doutrina como norteadora das suas ações, o que a molda a uma violência (CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS, 2016).

Mais precisamente, a presença das forças policiais nas comunidades de maioria negra é de caráter punitivo. Em regra, os moradores destes territórios têm a percepção da ação policial não como um serviço de proteção e de garantia dos direitos, mas, antes, veem a Polícia como um aparato repressor e despreparado. É o que revelam dados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas UNINASSAU, encomendado pelo Leia Já, em parceria com o Jornal do Commercio: em números, mais de 80% dos recifenses não confiam plenamente nos serviços prestados pela corporação de Pernambuco (LEIA JÁ, 2017).

Contando com a convivência e, muitas vezes, com o apoio explícito de uma parcela significativa da sociedade, sobretudo das classes médias, a violência policial nas favelas tem-se intensificado, fundada em uma narrativa de combate ao tráfico de drogas. Na prática, quem morre, em sua maioria, não são os grandes traficantes, mas, sim, aqueles que já estão à margem da sociedade, os jovens negros. Outro elemento central é o secular estigma da população perigosa que ainda recai sobre as comunidades negras, o que funciona como uma espécie de desculpa para a brutalidade policial (CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS, 2016).

Sabendo que os jovens negros do Brasil integram as famílias com as menores rendas e o maior número de desempregados, este contexto de pobreza, associado ao racismo institucional da letalidade policial contribui, de forma decisiva, para o extermínio do jovem negro brasileiro (BENTO, 2015).

Diante deste cenário, em audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), sobre assassinato de jovens negros no Brasil, representantes do Governo brasileiro admitiram o extermínio no país (JUSTIÇA GLOBAL, 2015). Além disso, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) vem denunciando as impunidades nos crimes cometidos por policiais e agentes de segurança no Brasil nos últimos anos. As informações são de que as ocorrências de abuso de força policial no Brasil são comuns e não recebem as devidas atenções do Judiciário, Legislativo e Executivo do Estado (ONU, 2016).

Sobre os negros do Brasil também é importante compreender que historicamente foram rotulados como sub-humanos, ou inumanos, explorados à exaustão com intuito econômico. Dessa maneira, as africanas escravizadas não tinham o direito de constituir família, cumpriam o papel de reprodutoras e de escravas sexuais da classe dirigente portuguesa. Igualmente por meio da exploração sexual das mulheres negras dava-se início ao projeto de clareamento da população negra brasileira, através do qual a elite branca nacional buscava eliminar a “mancha negra” do Brasil, em um processo que podemos considerar genocida (NASCIMENTO, 1977).

É importante elucidar que o genocídio não precisa necessariamente de assassinatos; ações que infringem a liberdade, a dignidade e a segurança de um grupo específico

são suficientes para serem qualificadas como genocídio. Por meio desta análise, a definição de genocídio que serve como referência, neste artigo, é a da Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada pela Resolução 260 A (III) do Conselho Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1948, tornada efetiva em janeiro de 1951.

De acordo com o Artigo II da Convenção, são genocídio: os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) assassinato de membros do grupo; b) atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

#### **4 A ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS NO RECIFE: UM EXEMPLO DE ONDE É POSSÍVEL COMBATER A NECROPOLÍTICA ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO**

A Associação dos Trapeiros de Emaús no Recife é uma instituição que faz parte do Movimento Emaús Internacional, engajado há mais de 60 anos na luta por justiça social no mundo todo. O movimento internacional de Emaús foi fundado em 1949, pelo Abbé Pierre (sacerdote católico), na França, e difundido em 42 países com mais de 350 comunidades. Tem como filosofia “servir primeiro a quem mais precisa”.

No Recife, a Associação foi constituída em maio de 1996 por um grupo ativo no território há diversos anos. Os Trapeiros recolhem aquilo que a sociedade não usa mais, restaurando ou transformando em outro objeto, novamente útil e acessível a um mercado composto de pessoas excluídas dos normais circuitos de consumo. Além disso, a Associação Trapeiros de Emaús no Recife tem como objetivo oferecer às pessoas de baixa renda a oportunidade de conseguir uma fonte de subsistência através de um trabalho coletivo de coleta, reciclagem, recuperação e valorização de objetos e materiais em desuso.

No Recife, a Associação é animada desde que nasceu, por Luis Tenderini, um italiano, há mais de 40 anos no Brasil, empenhado em enfrentar os problemas dos

desempregados e dos mais pobres. Luis Tenderini juntamente com Dom Helder Camara fundou os Trapeiros de Emaús, no Recife, no ano de 1996. As atividades começaram numa antiga casa do bairro do Prado, de propriedade de Tenderini, e depois transferida para o bairro de Beberibe. A Associação oferece formação profissional – principalmente aos jovens – e propõe-se a compartilhar com os mais desfavorecidos e tornar concretas as oportunidades de trabalho para os jovens.

No bairro de Linha do Tiro funciona a Associação Trapeiros de Emaús do Recife e lá está a Escola de Formação Profissional Luis Tenderini. O espaço físico onde a Escola se situa fica na periferia do Recife, na região nordeste brasileira que é conhecida por ser a mais empobrecida do Brasil. Se situa na zona norte da cidade, no bairro chamado Beberibe. No espaço, além da Escola Luis Tenderini está o galpão onde são realizadas atividades de coleta e reciclagem, bem como acontece semanalmente um bazar solidário para a população do entorno.

O espaço físico de Emaús, no Recife, foi significativamente melhorado a partir de um projeto que aconteceu entre 2005 e 2008. O financiamento que fez a Escola Luis Tenderini ser possível veio da Itália. As Organizações Não Governamentais (ONG's) na Itália que atuam no âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento constituem uma categoria distinta do ponto de vista legislativo. Pela lei, as organizações podem obter do Ministério das Relações Exteriores um reconhecimento de idoneidade, fundamental para poder ter acesso às contribuições e aos projetos do próprio ministério. Para obter a idoneidade, a ONG, além de ser constituída formalmente, não terá fins lucrativos e não poderá ser, de modo algum, ligada a sujeitos com fins lucrativos; ela deve ter como fim institucional o desenvolvimento de atividades de cooperação e/ou de educação ao desenvolvimento, fornecer adequadas garantias de competência e capacidade e aceitar fiscalizações periódicas.

A ONG italiana responsável pelo projeto que financiou Emaús Recife se chama IPSIA. A sigla significa *Istituto Pace Sviluppo Innovazione ACLI*, ou seja, “Instituto Paz Desenvolvimento Inovação ACLI”, na qual ACLI significa *Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani* – Associações Cristãs de Trabalhadores Italianos. De acordo com o documento da instituição, que fala sobre a sua missão, o IPSIA nasceu em 1985 para

transformar em iniciativas de cooperação internacional experiência e valores do associativismo popular.

Na América Latina, o IPSIA está presente desde os anos 1980 atuando no âmbito de formação de quadros sindicais, por exemplo. Segundo o documento da ONG, IPSIA enxerga como sua própria missão promover processos de cooperação comunitária internacional para o desenvolvimento. De acordo com documentos de IPSIA, a ação social desenvolvida pela instituição, tem que ser respeitosa dos objetivos das comunidades com as quais e pelas quais trabalham, em conformidade com as prioridades que estas últimas identificam como próprias e acham que isto tem que acontecer através da participação popular.

Nesse grande projeto que tinha como título “Economia solidária como horizonte da prática educativa”, para além de IPSIA, Emaús estabeleceu outras parcerias. O IFIL (Instituto de Filosofia da Libertação) é uma ONG de Curitiba, no sul do Brasil, que juntamente com o IPSIA e com Emaús concebeu o projeto. O IFIL é uma associação civil com a finalidade de promover a reflexão filosófica com ênfase na Filosofia da Libertação, através do fomento da economia popular solidária, da educação popular, da discussão do papel da filosofia na educação, além de desenvolver atividades de ensino à distância, de pesquisa, e de diálogo interdisciplinar com outras áreas de estudos que se interessem por temas ligados à práxis de libertação.

O CTC (Centro de Trabalho e Cultura) é outra parceria importante de Emaús no Recife. O CTC teve origem em 1964, a partir da experiência do MEB (Movimento de Educação de Base) e da Juventude Operária Católica (JOC), e foi oficialmente constituído em 1966 com o início de cursos de formação profissional dirigidos principalmente ao setor dos serviços e aos do artesanato e da mecânica. No início da década de 1970, o Centro redefiniu sua própria proposta de formação endereçando-a para os trabalhadores da indústria, principalmente através de iniciativas para mecânicos e trabalhadores das serralharias. Na mesma década, em resposta às necessidades e às solicitações de alunos e ex-alunos, foram acrescentados novos cursos e foi elaborada uma proposta metodológica chamada “Criação do Saber”, fundada sobre o desenvolvimento coletivo do conhecimento, na valorização da participação do aluno nos processos de tomada de decisão, no exercício da

autonomia e da representação e na vivência cotidiana. Elemento característico do CTC é a educação integral dos trabalhadores, um processo de educação dos trabalhadores para a cidadania e para a participação.

Para além desses principais parceiros da sociedade civil, Emaús recebeu apoios de setores do Estado. A formação de educadores sociais é um dos setores que a Prefeitura do Recife, na época do projeto (entre 2005 e 2008), considerava prioritário e qualificador na sua atuação política e administrativa. A Prefeitura do Recife comprometeu-se a apoiar o projeto através da concreta colaboração de suas Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Educação. A Secretaria de Educação do Estado do Pernambuco também garantiu ao projeto um apoio concreto e formal. Outra parceria importante foram os Centros de Filosofia e Ciências Humanas e o de Educação, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os Centros divulgaram a proposta do projeto e, a partir desta divulgação, muitos estudantes de mestrado e doutorado daquela Universidade passaram a ser formadores no projeto. Foi através desta parceria que uma autora do artigo, à época estudante do Mestrado em Sociologia, da UFPE, conheceu a Associação Trapeiros de Emaús.

Esta relação com Emaús se iniciou em 2005 com o projeto financiado por IPSIA e se desdobrou em vários outros projetos. Vale ressaltar que, entre 2014 e 2018, realizamos projeto de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com a Escola de Educação Profissional Luís Tenderini, através do projeto intitulado 'Sociologia como ferramenta de leitura crítica da realidade social'. O segundo autor do texto foi bolsista de extensão do projeto no ano de 2017.

O projeto teve o objetivo de contribuir no processo formativo dos estudantes dos cursos profissionalizantes de Emaús, no sentido de promover debates sociológicos que auxiliem para uma leitura crítica da realidade social e ofereçam instrumentos teórico-práticos para a mudança social. A ideia era formar a consciência crítica dos jovens e adultos beneficiados pelos cursos, no sentido de auxiliar o desvelamento da realidade, bem como promover o engajamento dos jovens e adultos em processos de mudança social.

Os cursos profissionalizantes oferecidos por Emaús são:

Eletricidade predial e industrial básica, Eletrônica básica, Manutenção de micros e redes e Refrigeração e climatização comercial. Todos são destinados a adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e são 100% gratuitos. Estão de acordo com a LDB 9.394/96, no seu artigo 39, § 2º, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008. (<https://www.emausrecife.com/a-escola>).

Os cursos oferecem uma qualificação voltada para habilidades profissionais com o objetivo principal de recuperação e reutilização dos bens catados pelos trapeiros, para que sejam recolocados no mercado nos bairros mais populares. Na próxima parte do texto detalharemos a experiência das aulas de formação política oferecidas no ano de 2017, nos cursos profissionalizantes pelo bolsista do projeto “Sociologia como ferramenta de leitura crítica da realidade”.

## **5 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO ANALISADA**

O público direto beneficiado pelo projeto foi por volta de 200 jovens e adultos, de ambos os sexos, a partir dos 16 anos, pertencentes a famílias de baixa renda da comunidade de Linha do Tiro, na zona norte do Recife. Vale mencionar que o projeto beneficiou a Escola de Formação Luis Tenderini como um todo, bem como as atividades da Associação Trapeiros de Emaús, visto que as atividades foram realizadas naquele espaço, os participantes da Associação, mesmo os que não estavam diretamente envolvidos nas atividades de formação profissionalizante sentiram os efeitos de uma ação formativa que visava a dar melhor instrumentos de compreensão e atuação na realidade. Da mesma forma, a comunidade na qual a Escola está inserida foi beneficiada.

Durante o ano de 2017, as aulas referentes ao projeto 'Sociologia como ferramenta de leitura crítica da realidade social' ocorreram em todas as quintas-feiras do ano letivo, lecionando os temas propostos. As quintas-feiras, dia em que se realizam as aulas, se constituíram como espaços elementares desse processo de consciência frente às estruturas sociais, nos quais sementes de diálogos foram plantadas e reflexões acerca de diversas questões postas. Vale ressaltar, todavia, que a construção da “consciência crítica” está atrelada a um longo processo de desconstrução de preconceitos e verdades estabelecidas e inquestionáveis que foram construídas ao longo de toda a vida dos jovens participantes dos cursos. Isto posto,



não se pode esperar que um semestre de reuniões semanais tenha pleno êxito num processo de desconstrução/construção; o que se pode esperar é a tomada de reflexão, haja vista o contato com questionamentos que, em muitos casos, nunca foram colocados e que visitam o “sagrado” das verdades prontas, tais como as questões de gênero, tolerância religiosa, racial etc.

Foi encontrado certo grau de dificuldade em relação ao processo de engajamento dos jovens; a isso atribuímos, dentre outros elementos, as ocupações inerentes a esses jovens no sentido de garantir sustento material às suas famílias. Diga-se de passagem, que o que leva aqueles jovens a realizarem o curso profissionalizante é a possibilidade de, através do diploma, serem inseridos no mercado de trabalho. Ainda assim, algumas atividades foram construídas.

A partir de propostas do formador, foi feito, em conjunto com os educandos, um processo de diagnóstico como a cartografia crítica, o mapa mental e a linha do tempo. Essas foram as principais oficinas de diagnóstico realizadas. No primeiro semestre a turma também realizou visitas a grupos que teriam algum tipo de incidência política nas comunidades, como, por exemplo, os grupos de cultura popular e os de esporte, que foram numa ocupação. Essas visitas foram registradas em formato de vídeos. No segundo semestre também se realizou um diagnóstico a partir dos instrumentos já citados e foi feita uma oficina de incidência política. Depois dessa oficina foi feita uma ação comunitária numa praça próxima a Emaús (Praça Cingapura), realizando a limpeza do local, bem como a manutenção e revitalização dos equipamentos públicos da praça.

A título também de exemplo cabe mencionar uma vivência pedagógica que aconteceu na Ocupação Carolina de Jesus. Tal experiência visava incentivar nos alunos o trabalho e a reflexão coletiva sobre o território. A atividade possibilitou perceber as conexões entre diversos problemas do cotidiano com o objetivo de questioná-los e elaborar alternativas de resistência, organização e mudança social.

As discussões feitas nas aulas possuíram um caráter interdisciplinar, haja vista as temáticas necessitarem de uma abrangência pertencente a diversos campos do conhecimento, tais como História, Filosofia e as próprias Ciências Sociais. A necessidade de um maior entendimento sobre os temas que seriam analisados levou,

inclusive, o bolsista a ler abordagens que se inserem nesses campos, assimilando conceitos e, por conseguinte, repassando e construindo, quando possível, perspectivas com o grupo. É digno de nota que sem a interdisciplinaridade não seria possível a construção dos diversos diálogos.

Como aquela atividade extensionista estava vinculada a cursos profissionalizantes que visam a oferecer o instrumental técnico, teórico e crítico para a inserção de jovens no mercado de trabalho, o impacto econômico do projeto se deveu à contribuição das aulas de sociologia para a formação desses jovens e a posterior inclusão deles no mercado de trabalho. O impacto social foi significativo na medida em que a atividade extensionista permitiu que jovens normalmente privados de tais conhecimentos, tivessem acesso a um debate qualificado sobre temas sociais de fundamental importância para um amadurecimento crítico frente ao processo histórico de construção de estruturas sociais. O acesso ao conhecimento acadêmico a respeito desses temas ajuda a minimizar preconceitos e, principalmente, a adotar uma postura crítica diante dos fatos.

Na medida em que o projeto foi desenvolvido em parceria com a Associação Trapeiros de Emaús, que tem como uma das suas preocupações a questão ambiental, visto que, no Recife, sua atividade principal se refere à reciclagem de resíduos e a reutilização de objetos que seriam descartados, o projeto extensionista possuiu um impacto ambiental, posto que fortaleceu as ações da entidade parceira.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificou-se que as oficinas formativas representam diferenças significativas dos espaços formais de educação, não existindo as amarras encontradas no ensino regular. Nesse sentido, há uma forte preocupação em, para além de formar jovens capacitados para o mercado de trabalho, construir uma formação política crítica da realidade. A crítica de Paulo Freire e a ação extensionista como sendo salvadora e detentora da superioridade científica, foi um constante exercício que modelou a conduta para a comunicação, para a fala dos sujeitos contingentes que ali estavam, tornando o espaço um ambiente de construção dialógica e não um “depósito” de verdades prontas e pré-estabelecidas. Navegar entre a tensão de não transferir

verdades prontas e, ao mesmo tempo, não negar uma estrutura opressora foi a grande pretensão do projeto.

A conclusão desse estudo aponta que a “dialogicidade” assume um caráter decisivo; o despertar de “sujeitos da práxis” não pode estar na persuasão, no convencimento ou na “domesticação”, mas na busca constante e curiosa do ser por libertação. Esse difícil exercício foi realizado nos dois semestres de 2017 com duas diferentes turmas; a estrutura foi confrontada e sementes de diálogos plantadas.

É assim que o lema da Associação Trapeiros de Emaús, “servir primeiro a quem mais precisa” se efetiva numa prática que empodera a juventude negra para o enfrentamento do racismo. Um Movimento (o Movimento Internacional Emaús) fundado por um sacerdote católico na França há mais de 70 anos (o Abbé Pierre), que chegou no Recife há mais de 20 anos através de um ex-seminarista italiano (Luis Tenderini), que tinha relações muito próximas a Dom Helder Camara e a toda Teologia da Libertação, tem a capacidade de se atualizar e se reinventar ao trazer o tema do racismo como foco para a educação popular. A Igreja dos Pobres hoje, ou seja, uma Teologia da Libertação contemporânea e atuante, não pode prescindir de considerar a temática racial. A vivência apresentada neste artigo procura dialogar com outras experiências contemporâneas da Igreja dos Pobres, através da discussão sobre a questão racial, no sentido de fortalecer processos de libertação e de retomar a força dos movimentos de base impulsionados e subsidiados pela Teologia da Libertação.

## REFERÊNCIAS

**10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso em: 09 jan. 2017.

ALVES, Jaime Amparo. Necropolítica Racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista ABPN**, v. 1, n. 3, 2011, p. 89-114, 2011.

ALVES, Jaime Amparo. ***From Necropolis to Blackpolis: Necropolitical Governance and Black Spatial Praxis in São Paulo, Brazil***: Antipode Foundation Ltd, 2013.

**ATLAS DA VIOLÊNCIA DE 2017.** Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em: 15 set. 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Juventude negra e exclusão radical: políticas sociais - acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodriguez. **Pensar a prática**. São Paulo: Loyola, 1984.

**BRASIL**: Violência, pobreza e criminalização 'ainda têm cor', diz relatora da ONU sobre minorias. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>. Acesso em: 15 set. 2017.

**BRASIL RECONHECE EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA EM AUDIÊNCIA NA OEA**. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/brasil-reconhece-exterminio-da-juventude-negra-em-audiencia-na-oea/>. Acesso em: 15 set. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

**CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO**. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-poio/legislacao/seguranca-publica/convenca....crime\\_genocidio.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-poio/legislacao/seguranca-publica/convenca....crime_genocidio.pdf). Acesso em: 30 ago. 2017.

**CPI DO ASSASSINADO DE JOVENS** – relatório final, Brasília, 2016.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrismo y modernidad (introducción a las lecturas de Frankfurt). In: MIGNOLO, Walter. **Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo**. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2001. p. 57-70.

DUSSEL, Enrique (2005), “**Transmodernidad e Interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación**” – Disponível em: <http://www.afyl.org/transmodernidadeinterculturalidad.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais; São Paulo: Expressão popular, 2007.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Popular e complexidade. In: COSTA, M. V. (org.). **Educação popular hoje**. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GT RACISMO - **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, número 36, edição especial, publicação bimestral, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

**Mais de 80% dos recifenses não confiam plenamente na PM**. Disponível em: <http://www.leija.com/noticias/2017/08/16/mais-de-80-dos-recifenses-nao-confiam-plenamente-na-pm/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MANCE, Euclides André. Uma introdução conceitual às Filosofias de Libertação. **Revista Libertação - Liberación, Nova Fase** - Curitiba, IFiL, ano 1, n. 1, 2000a, p. 25-80.

**MAPA DA VIOLÊNCIA 2016**. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf). Acesso em: 27 nov. 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, Duke, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

MISSE, Michel. Letalidade Policial e Indiferença Legal: A apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - edição especial. n. 1, 2015, p. 43-71.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 2 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares; Rio de Janeiro: O.R. Editora, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Eduardo (org.). **Ética e movimentos sociais populares: práxis, subjetividade e libertação**. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

**PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) – 2013**.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SALES, Ivandro da Costa. Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar (Alimentando um Debate). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco de (org.). **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

VAGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2 – jul.-out. 2010, p. 31-65.